

Sumário

Capítulo 1	Introdução ao Estudo do Direito Constitucional	1
1.1	Breves considerações acerca da Teoria Geral do Estado.....	1
1.2	Conceito de Direito Constitucional.....	2
Capítulo 2	Evolução do Constitucionalismo	5
2.1	Introdução.....	5
2.2	Do constitucionalismo antigo ao contemporâneo.....	5
Capítulo 3	Conceito e Sentidos de Constituição	11
3.1	Conceito de Constituição	11
3.2	Sentidos de Constituição.....	12
3.2.1	Sentido sociológico	12
3.2.2	Sentido político	13
3.2.3	Sentido jurídico	14
3.2.4	Sentido culturalista	16
Capítulo 4	Classificação das Constituições	19
4.1	Quanto ao conteúdo	19
4.2	Quanto à forma	20
4.3	Quanto à origem.....	20
4.4	Quanto à estabilidade.....	23
4.5	Quanto à extensão.....	25
4.6	Quanto à finalidade	25
4.7	Quanto ao modo de elaboração.....	26
4.8	Quanto à ideologia	26
4.9	Quanto ao modo de ser (ontológica).....	27
4.10	Quanto à sistematização.....	28

4.11	Quanto à religião	28
4.12	A Constituição Federal de 1988.....	29
Capítulo 5 Direito Constitucional Intertemporal		31
5.1	Retroatividade mínima	31
5.2	Desconstitucionalização.....	33
5.3	Recepção	34
5.4	Repristinação	36
5.5	<i>Vacatio constitutionis</i>	39
Capítulo 6 Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais		41
6.1	Normas constitucionais de eficácia plena.....	41
6.2	Normas constitucionais de eficácia contida.....	42
6.2.1	Restrições impostas pela legislação infraconstitucional	43
6.2.2	Restrições impostas pela própria Constituição	44
6.3	Normas constitucionais de eficácia limitada.....	44
6.3.1	Normas constitucionais de eficácia limitada definidoras de princípios institutivos (organizatórios ou organizativos).....	44
6.3.2	Normas constitucionais de eficácia limitada definidoras de princípios programáticos.....	45
6.4	Normas constitucionais de eficácia absoluta ou supereficazes.....	46
6.5	Normas constitucionais de eficácia exaurida.....	46
6.6	Eficácia negativa	46
Capítulo 7 Poder Constituinte		49
7.1	Conceito.....	49
7.2	Poder Constituinte legítimo e Poder Constituinte usurpado.....	50
7.3	Titularidade e exercício	50
7.4	Espécies de Poder Constituinte	51
7.4.1	Poder Constituinte originário.....	51
7.4.2	Poder Constituinte derivado	54
7.4.2.1	Poder Constituinte derivado reformador	54
7.4.2.2	Poder Constituinte derivado decorrente	54
7.4.2.3	Poder Constituinte derivado revisor	56
7.4.3	Poder Constituinte difuso e Poder Constituinte supranacional	56
Capítulo 8 Supremacia, Estrutura e Elementos da Constituição		61
8.1	Supremacia constitucional.....	61
8.2	Estrutura da Constituição Federal de 1988.....	62

8.2.1	Preâmbulo	63
8.2.2	Parte dogmática.....	64
8.2.3	Ato das disposições constitucionais transitórias.....	64
8.2.4	Emendas constitucionais	65
8.2.5	Atos internacionais equivalentes à emenda constitucional	65
8.3	Elementos da Constituição Federal de 1988.....	65

Capítulo 9 Controle de Constitucionalidade 69

9.1	Introdução.....	69
9.2	Inconstitucionalidade por ação e por omissão	70
9.3	Inconstitucionalidade material e formal.....	71
9.3.1	Inconstitucionalidade formal subjetiva.....	71
9.3.2	Inconstitucionalidade formal objetiva.....	71
9.3.3	Inconstitucionalidade formal orgânica	72
9.4	Inconstitucionalidade total ou parcial.....	72
9.5	Sistemas de controle de constitucionalidade	72
9.6	Momento do controle de constitucionalidade	73
9.7	Modelos de controle de constitucionalidade	75
9.8	Formas de controle de constitucionalidade.....	76
9.9	Controle difuso.....	77
9.9.1	Legitimação ativa	77
9.9.2	Competência	77
9.9.3	Efeitos da decisão.....	78
9.9.4	Súmula vinculante.....	79
9.10	Controle concentrado.....	82
9.11	Ação direta de inconstitucionalidade	82
9.11.1	Legitimação ativa	82
9.11.2	Objeto.....	84
9.11.3	Atuação do Procurador-Geral da República.....	86
9.11.4	Atuação do Advogado-Geral da União	86
9.11.5	Medida cautelar	87
9.11.6	Natureza dúplice ou ambivalente	87
9.11.7	<i>Amicus curiae</i>	88
9.11.8	Impossibilidade de desistência	88
9.11.9	Impossibilidade de ação rescisória	88
9.11.10	Impossibilidade de perda do direito de ação por decurso do prazo.....	89
9.11.11	Efeitos da decisão	89

9.11.12	Não vinculação à causa de pedir	90
9.11.13	Modulação temporal dos efeitos.....	90
9.12	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	91
9.12.1	Legitimação ativa	91
9.12.2	Objeto	92
9.12.3	Medida cautelar	92
9.12.4	Atuação do PGR e do AGU.....	92
9.12.5	Efeitos da decisão	92
9.13	Ação declaratória de constitucionalidade.....	93
9.13.1	Relevante controvérsia judicial.....	93
9.13.2	Legitimação ativa	93
9.13.3	Objeto	93
9.13.4	Atuação do PGR e do AGU.....	94
9.13.5	Medida cautelar	94
9.13.6	Aspectos comuns entre ADI e ADC.....	94
9.13.7	Natureza dúplice.....	94
9.13.8	Efeitos da decisão	94
9.14	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	95
9.14.1	Objeto	95
9.14.2	Conceito de preceito fundamental	95
9.14.3	Caráter subsidiário da ADPF	96
9.14.4	Legitimação ativa	96
9.14.5	Medida cautelar	96
9.14.6	Atuação do PGR e do AGU.....	97
9.14.7	Impossibilidade de ação rescisória	97
9.14.8	Efeitos da decisão	98
9.15	Representação interventiva.....	98
9.15.1	Atuação do Presidente da República	98
9.16	Paralelo entre os controles difuso e concentrado.....	99
9.17	Observações finais	99
9.17.1	Inconstitucionalidade superveniente <i>versus</i> revogação.....	99
9.17.2	Normas constitucionais inconstitucionais.....	100
9.17.3	Transcendência dos motivos determinantes	100
9.17.4	Inconstitucionalidade por arrastamento, por arrasto ou consequencial.....	100
9.17.5	Declaração de nulidade sem redução de texto.....	101
9.17.6	Inconstitucionalidade progressiva, lei ainda constitucional ou inconstitucionalidade em trânsito	101

9.17.7	Bloco de constitucionalidade	102
9.17.8	Controle de constitucionalidade nos Estados-membros e no Distrito Federal	102
9.17.9	Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas	102
9.17.10	Controle de constitucionalidade na ação civil pública	103

Capítulo 10 Hermenêutica Constitucional 107

10.1	Introdução.....	107
10.2	Princípio da unidade da Constituição.....	108
10.3	Princípio do efeito integrador	108
10.4	Princípio da máxima efetividade	108
10.5	Princípio da justeza.....	109
10.6	Princípio da harmonização	109
10.7	Princípio da força normativa da Constituição.....	109
10.8	Princípio da interpretação conforme à Constituição	110
10.9	Princípio da supremacia.....	110
10.10	Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	110
10.11	Princípio da simetria.....	110
10.12	Princípio dos poderes implícitos.....	111
10.13	Métodos hermenêuticos	111
10.13.1	Método hermenêutico clássico	111
10.13.2	Método tópico-problemático	112
10.13.3	Método hermenêutico-concretizador	112
10.13.4	Método científico-espiritual.....	113
10.13.5	Método normativo-estruturante	113

Capítulo 11 Princípios Fundamentais 115

11.1	O estudo dogmático do Direito Constitucional Positivo	115
11.2	O papel dos princípios e o neoconstitucionalismo	116
11.3	Princípio federativo	118
11.4	Princípio republicano.....	119
11.5	Princípio do Estado Democrático de Direito.....	120
11.6	Princípio da soberania popular	121
11.7	Princípio da separação dos poderes	121
11.8	Fundamentos do Estado brasileiro	123
11.9	Objetivos fundamentais do Estado brasileiro.....	126
11.10	Princípios regentes nas relações internacionais	126

Capítulo 12	Teoria Geral dos Direitos e Garantias Fundamentais e os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos em Espécie	129
12.1	Distinção entre direitos e garantias fundamentais.....	129
12.2	Evolução dos direitos e garantias fundamentais.....	130
12.2.1	Direitos fundamentais de primeira geração.....	130
12.2.2	Direitos fundamentais de segunda geração.....	131
12.2.3	Direitos fundamentais de terceira geração.....	131
12.2.4	Direitos fundamentais de quarta geração.....	133
12.2.5	Direitos fundamentais de quinta geração.....	133
12.3	Características dos direitos e garantias fundamentais.....	133
12.4	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	134
12.5	Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais.....	135
12.6	Natureza relativa dos direitos e garantias fundamentais.....	136
12.7	Colisão entre direitos e garantias fundamentais.....	137
12.8	Os quatro <i>status</i> de Jellinek.....	139
12.9	Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.....	140
12.9.1	Direito à vida.....	140
12.9.2	Direito à igualdade.....	141
12.9.3	Princípio da legalidade e da reserva legal.....	143
12.9.4	Vedação à tortura e ao tratamento desumano ou degradante.....	145
12.9.5	Liberdade de pensamento e direito de resposta.....	145
12.9.6	Liberdade de expressão e o acesso à informação.....	146
12.9.7	Liberdade de consciência, de crença e de convicção filosófica ou política.....	146
12.9.8	Inviolabilidade da intimidade, da privacidade, da honra e da imagem.....	147
12.9.9	Direito à inviolabilidade domiciliar.....	148
12.9.10	Sigilo da correspondência e das comunicações.....	149
12.9.11	Liberdade de atuação profissional.....	150
12.9.12	Liberdade de locomoção.....	150
12.9.13	Liberdade de reunião.....	151
12.9.14	Liberdade de associação e representação dos associados.....	151
12.9.15	Direito de propriedade.....	153
12.9.16	Desapropriação.....	153
12.9.17	Requisição administrativa.....	153
12.9.18	Proteção constitucional ao bem de família rural.....	153
12.9.19	Direitos autorais.....	153

12.9.20	Proteção à propriedade industrial	154
12.9.21	Direito de sucessão	154
12.9.22	Defesa do consumidor.....	154
12.9.23	Direito de informação.....	154
12.9.24	Direito de petição	155
12.9.25	Direito de certidão	155
12.9.26	Inafastabilidade da jurisdição	156
12.9.27	Irretroatividade relativa das leis	156
12.9.28	Direito ao juiz natural.....	158
12.9.29	Júri popular	158
12.9.30	Princípios da reserva legal e da irretroatividade relativa da lei penal ...	159
12.9.31	Punição às discriminações atentatórias	160
12.9.32	Crimes imprescritíveis.....	160
12.9.33	Tortura, tráfico ilícito de drogas, terrorismo e crimes hediondos.....	160
12.9.34	Pessoalidade da pena, individualização da pena e penas proibidas....	161
12.9.35	Cumprimento da pena e aleitamento materno	161
12.9.36	Respeito à integridade física e moral do preso	161
12.9.37	Extradição.....	162
12.9.38	Direito ao devido processo legal	164
12.9.39	Direito ao contraditório e à ampla defesa	164
12.9.40	Vedação às provas ilícitas	164
12.9.41	Princípio da presunção de inocência	164
12.9.42	Identificação criminal.....	165
12.9.43	Ação penal privada subsidiária da pública.....	165
12.9.44	Princípio da publicidade dos atos processuais	165
12.9.45	Pressupostos constitucionais para a prisão	165
12.9.46	Direitos do preso.....	166
12.9.47	Prisão civil por dívida e o <i>status</i> dos tratados internacionais sobre direitos humanos.....	167
12.9.48	<i>Habeas corpus</i>	169
12.9.49	Mandado de segurança.....	171
12.9.50	Mandado de injunção.....	172
12.9.51	<i>Habeas data</i>	175
12.9.52	Ação popular	176
12.9.53	Assistência jurídica gratuita.....	179
12.9.54	Direito à indenização por erro judiciário ou excesso de prisão.....	179
12.9.55	Gratuidade de registro de nascimento e certidão de óbito	179

12.9.56	Gratuidade do <i>habeas corpus</i> , do <i>habeas data</i> e dos atos necessários ao exercício da cidadania	180
12.9.57	Princípio da celeridade processual	181
12.9.58	Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais.....	181
12.9.59	Enumeração aberta dos direitos e garantias fundamentais.....	181
12.9.60	Tratados internacionais sobre direitos humanos equivalentes à emenda constitucional.....	182
12.9.61	Submissão ao Tribunal Penal Internacional	183
12.9.62	Quadro-resumo dos remédios constitucionais.....	183

Capítulo 13 Direitos Sociais 189

13.1	Introdução.....	189
13.2	Princípio da proibição do retrocesso	189
13.3	Princípio do mínimo existencial e Princípio da reserva do possível.....	190
13.4	Direitos sociais em espécie	192

Capítulo 14 Nacionalidade 197

14.1	Conceito.....	197
14.2	Espécies de nacionalidade.....	197
14.3	CrITÉRIOS para adoção de nacionalidade originária.....	198
14.4	Nacionalidade originária.....	198
14.5	Nacionalidade secundária.....	200
14.6	Portugueses residentes no Brasil.....	201
14.7	Distinção entre brasileiros natos e naturalizados.....	202
14.8	Perda da nacionalidade.....	203
14.9	Dupla nacionalidade	204
14.10	Idioma oficial e símbolos nacionais.....	204

Capítulo 15 Direitos Políticos e Partidos Políticos 207

15.1	Introdução.....	207
15.2	Capacidade eleitoral ativa.....	209
15.2.1	Características do voto	210
15.3	Capacidade eleitoral passiva.....	211
15.4	Inelegibilidades.....	212
15.5	Condição de militar.....	216
15.6	Privação de direitos políticos	217
15.7	Impugnação do mandato eletivo.....	219
15.8	Princípio da anterioridade eleitoral	219

15.9	Partidos políticos	220
Capítulo 16	Organização Político-Administrativa do Estado	223
16.1	Introdução.....	223
16.2	Conceito de Estado.....	223
16.3	Formas de Estado	225
16.4	Formas de Governo	227
16.5	Sistemas de Governo.....	228
16.6	Regimes de Governo.....	229
16.7	União.....	230
16.8	Estados-membros	232
16.8.1	Bens dos Estados-membros	233
16.8.2	Poder Legislativo estadual	233
16.8.3	Poder Executivo estadual	234
16.9	Distrito Federal	234
16.10	Municípios.....	236
16.11	Territórios Federais.....	241
16.12	Vedações aos entes federados	242
16.13	Intervenção.....	242
16.13.1	Espécies de intervenção	243
16.13.2	Decretação	245
16.13.3	Controle exercido pelo Congresso Nacional	245
Capítulo 17	Repartição de Competências	249
17.1	Introdução.....	249
17.2	Competências administrativas e legislativas.....	249
17.3	Técnica de repartição de competências	250
17.4	Competência da União.....	250
17.5	Competência comum	254
17.6	Competência concorrente	255
17.7	Competência dos Estados-membros	257
17.8	Competência do Distrito Federal.....	257
17.9	Competência dos Municípios	258
Capítulo 18	Administração Pública	261
18.1	Princípios gerais	261
18.2	Disposições gerais.....	264
18.3	Servidores públicos	274

Capítulo 19 Poder Legislativo 281

19.1	Introdução.....	281
19.2	Congresso Nacional.....	281
19.3	Atribuições do Congresso Nacional.....	285
19.4	Imunidade parlamentar.....	287
19.5	Imunidade material.....	287
19.5.1	Limitado ao exercício da atividade parlamentar.....	288
19.5.2	Momento da incidência.....	288
19.5.3	Local de incidência.....	288
19.5.4	Tipos de manifestações protegidas.....	289
19.5.5	Atuação jornalística.....	289
19.5.6	Parlamentar que ocupa cargo no Executivo.....	289
19.5.7	Irrenunciabilidade das imunidades.....	290
19.5.8	Término do mandato.....	290
19.6	Imunidade formal.....	290
19.6.1	Imunidade formal em relação à prisão.....	290
19.6.2	Imunidade formal em relação ao processo.....	291
19.6.3	Isenção do dever de testemunhar.....	292
19.6.4	Incorporação às Forças Armadas.....	293
19.6.5	Estado de sítio.....	293
19.7	Proibições.....	293
19.8	Perda do mandato.....	294
19.9	Não haverá a perda do mandato.....	295
19.10	Reuniões.....	296
19.11	Comissões e Mesas.....	297
19.12	Comissão Parlamentar de Inquérito.....	298
19.13	Poderes da CPI.....	299
19.13.1	Independem de mandado judicial.....	300
19.13.2	Dependem de mandado judicial.....	301
19.14	Deputados Estaduais e Distritais.....	303
19.15	Vereadores.....	303

Capítulo 20 Processo Legislativo 307

20.1	Conceito.....	307
20.2	Teoria das maiorias.....	307
20.3	Legislatura, sessão legislativa e período legislativo.....	308
20.4	Processo legislativo ordinário.....	308

20.4.1	Sanção	311
20.4.2	Sanção tácita	312
20.4.3	Veto	312
20.4.4	Análise do veto	313
20.4.5	Diferença entre lei ordinária e lei complementar	314
20.5	Iniciativa privativa e emenda parlamentar	315
20.6	Vício de iniciativa e sanção presidencial	315
20.7	Prazo para o exercício da iniciativa privativa	316
20.8	Processo legislativo sumário	316
20.9	Processos legislativos especiais	317
20.9.1	Emendas à Constituição	317
20.9.2	Leis delegadas	319
20.9.3	Medidas provisórias	320
20.9.4	Decretos legislativos	324
20.9.5	Resoluções	325

Capítulo 21 **Modificação da Constituição** **327**

21.1	Mutação constitucional	327
21.2	Revisão constitucional	328
21.3	Reforma constitucional	329

Capítulo 22 **Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária** **337**

22.1	Controle externo da Administração Pública	337
22.2	Competência do TCU	338
22.3	Composição do TCU	340
22.4	Controle interno	341

Capítulo 23 **Poder Executivo** **343**

23.1	Presidente e Vice-Presidente da República	343
23.2	Eleições	345
23.3	Atribuições do Presidente da República	346
23.4	Crimes de responsabilidade e crimes comuns	348
23.5	Imunidades do Presidente da República	350
23.6	Ministros de Estado	351
23.7	Conselho da República	351
23.7.1	Organização	351
23.7.2	Competência	351
23.8	Conselho de Defesa Nacional	352

23.8.1	Organização.....	352
23.8.2	Competência	352

Capítulo 24 Poder Judiciário 355

24.1	Introdução.....	355
24.2	Órgãos	355
24.3	Garantias institucionais	356
24.3.1	Autonomia administrativa	356
24.3.2	Autonomia orçamentário-financeira	357
24.4	Garantias funcionais	358
24.4.1	Ingresso por concurso público	358
24.4.2	Promoção	358
24.4.3	Acesso aos tribunais de segundo grau	359
24.4.4	Cursos oficiais.....	359
24.4.5	Remuneração por subsídio	359
24.4.6	Residência na comarca	359
24.4.7	Remoção, disponibilidade e aposentadoria compulsória.....	359
24.4.8	Princípio da fundamentação obrigatória	359
24.4.9	Órgão especial	360
24.4.10	Continuidade da atividade jurisdicional	360
24.4.11	Proporcionalidade juízes/demanda.....	360
24.4.12	Funcionamento adequado	360
24.4.13	Garantias destinadas aos seus membros.....	361
24.4.13.1	Vitaliciedade.....	361
24.4.13.2	Inamovibilidade	361
24.4.13.3	Irredutibilidade de subsídio.....	362
24.5	Quinto constitucional	362
24.6	Vedações aos magistrados.....	363
24.7	Supremo Tribunal Federal.....	364
24.7.1	Competência	365
24.8	Conselho Nacional de Justiça	366
24.8.1	Competência	368
24.9	Superior Tribunal de Justiça	369
24.9.1	Competência	370
24.10	Justiça Federal	372
24.10.1	Competência dos TRFs	372
24.10.2	Competência dos juízes federais	373

24.10.3	Incidente de deslocamento de competência	374
24.11	Justiça do Trabalho	374
24.11.1	Competência	374
24.12	Justiça Eleitoral.....	375
24.13	Justiça Militar federal	376
24.14	Justiça Militar estadual	377
24.15	Justiça estadual.....	377
24.16	Precatórios	378

Capítulo 25 Funções Essenciais à Justiça 381

25.1	Introdução.....	381
25.2	Ministério Público.....	381
25.2.1	Princípios institucionais.....	382
25.2.2	Garantias institucionais	382
25.2.3	Órgãos do Ministério Público	384
25.2.4	Procurador-Geral da República	385
25.2.5	Procuradores-Gerais de Justiça	386
25.2.6	Garantias funcionais	386
25.2.7	Vedações.....	386
25.2.8	Funções institucionais.....	387
25.2.9	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	387
25.2.10	Conselho Nacional do Ministério Público.....	388
25.3	Advocacia Pública	389
25.4	Advocacia privada.....	390
25.5	Defensoria Pública	391

Capítulo 26 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas 395

26.1	Introdução.....	395
26.2	Estado de defesa.....	395
26.2.1	Hipóteses de cabimento	396
26.2.2	Procedimento	396
26.2.3	Controles político e jurídico	397
26.3	Estado de sítio.....	398
26.3.1	Hipóteses de cabimento	398
26.3.2	Procedimento	398
26.3.3	Controles político e jurídico	399
26.4	Forças Armadas	402

26.5	Segurança pública	404
26.5.1	Órgãos de segurança pública da União	405
26.5.2	Órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal	406
26.5.3	Órgão de segurança pública dos Municípios.....	408

Capítulo 27 Ordem Econômica e Financeira 411

27.1	Princípios gerais da atividade econômica.....	411
27.2	A intervenção do Estado na atividade econômica	412
27.3	Política urbana.....	415
27.4	Política agrícola, fundiária e reforma agrária	416
27.5	Ordem financeira.....	417

Capítulo 28 Ordem Social 419

28.1	Introdução.....	419
28.2	Seguridade social	419
28.3	Saúde	420
28.4	Previdência social.....	421
28.5	Assistência social	422
28.6	Educação	425
28.7	Cultura	426
28.8	Desporto.....	427
28.9	Ciência e tecnologia	427
28.10	Comunicação social.....	428
28.11	Meio ambiente	428
28.12	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	430
28.13	Índios.....	431

Bibliografia 435